

CORREIO JURÍDICO

Marcello Casal Jr. - Agência Brasil



Antecipação depende de Decreto do Presidente Lula

Governo deve antecipar 13º salário para aposentados

O governo federal deve antecipar o pagamento do 13º salário de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A previsão é que o benefício seja depositado em duas parcelas, nos meses de abril e maio, repetindo o modelo adotado nos últimos anos. A primeira parte deve ser paga entre 24 de abril e 8 de maio, enquanto a segunda está prevista para ocorrer entre 25 de maio e 8 de junho, conforme o calendário regular do órgão. A medida ainda depende da publicação de decreto do Presidente Lula para confirmação das datas. Cerca de 35 milhões de beneficiários devem receber o abono, que não é pago a quem recebe o Benefício de Prestação Continuada(BPC).

Bolsistas de Pós na Previdência

O deputado Ricardo Galvão (Rede-SP) manifestou apoio à aprovação do Projeto de Lei 974/24, que propõe incluir bolsistas de pós-graduação no sistema da Previdência Social. Em entrevista à Rádio Câmara, nesta quarta-feira (11), o parlamentar afirmou que o texto já está pronto para análise no plenário da Câmara dos Deputados e pode ser votado nos próximos dias. Relator da proposta, Galvão afirmou que essa é a uma reivindicação antiga.

Edson Leal / Ministério da Previdência Social



Reunião entre Espanha e Brasil sobre Previdência

Modernização da Previdência Social

Brasil e Espanha reforçaram a cooperação para modernizar a Previdência Social de ambos países, com foco na transformação digital e na melhoria da gestão dos sistemas previdenciários. Em reunião na cidade de Brasília, representantes dos dois países discutiram a ampliação do memorando de entendimento firmado em 2023, que prevê troca de experiências, uso de novas tecnologias e realização de encontros técnicos. A proposta inclui prorrogar o acordo por mais três anos, com ações conjuntas previstas para os anos de 2026 e 2027.

Políticas de Seguridade Social

Também foi destacada a cooperação em análise de dados, atendimento ao cidadão e, ainda, aprimoramento de políticas de seguridade social. O encontro (foto) foi realizado na sede do Ministério da Previdência Social, em Brasília, e contou com a participação do ministro Wolney Queiroz e da embaixadora da Espanha no Brasil, María del Mar Fernández-Palacios Carmona.

POR
ANDRE SOUZA

Financiamento I

A Câmara dos Deputados debateu o avanço da “pejotização”, modelo de contratação em que trabalhadores atuam como pessoa jurídica. Especialistas alertaram que a prática pode reduzir direitos trabalhistas e afetar o financiamento da Previdência Social, ao diminuir a arrecadação de contribuições.

Pejotização II

O tema foi debatido em Audiência organizada pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos(Cedes). Entre os presentes, representantes do Diap, Dieese, Abrat, ANPT, CUT e CTB. Para os participantes, o principal desafio é equilibrar a modernização das relações de trabalho e a proteção social.

Servidores Públicos

Dados do Ministério da Previdência mostram que o Brasil possui 2.138 Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) em funcionamento, responsáveis pela previdência de mais de 10 milhões de servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas da União, estados, Distrito Federal e municípios.

Servidores II

Os RPPSs são sistemas previdenciários próprios dos entes federativos, destinados exclusivamente a servidores titulares de cargos efetivos e monitorados pelo governo federal por meio do Cadprev e do Indicador de Situação Previdenciária (ISP-RPPS), instrumento oficial de acompanhamento da gestão e sustentabilidade desses regimes.

Previc I

Representantes do Ministério da Previdência Social e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) participaram, no dia 11 de março, de uma reunião de trabalho voltada ao alinhamento de ações e prioridades entre os dois órgãos. O encontro reuniu 31 gestores e ocorreu na autarquia.

Previc II

A abertura foi do ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, que destacou a importância da integração entre o ministério e suas entidades vinculadas. Segundo ele, a articulação entre as áreas é para garantir que as políticas e atividades em comum estejam alinhadas a regras comuns e reforçar integridade.



Idosos têm gratuidades em transportes públicos

Aposentados passam a ter mais gratuidades

Custas processuais e taxa judiciária estão na lista

Martha Imenes

Idosos e aposentados que recebem benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e têm renda de até dez salários mínimos líquidos (cerca de R\$ 13 mil) não precisarão pagar custas processuais nem taxa judiciária no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ). A decisão foi tomada pelo Órgão Especial do tribunal em sessão realizada no dia 2 de março e resolve uma divergência que vinha gerando interpretações diferentes.

Até então, havia dúvidas sobre qual valor deveria ser considerado para o cálculo da renda: o salário bruto ou o líquido. No julgamento, prevaleceu que o parâmetro deve ser a renda líquida, por representar melhor a capacidade financeira do cidadão.

Relator do caso, o desembargador Joaquim Domingos de Almeida Neto destacou que a legislação prevê a isenção para idosos com renda de até dez salários mínimos, mas não define qual base de cálculo deve ser utilizada. Agora, todos passam a ter mais segurança jurídica ao buscar seus direitos.

Mais benefícios

Além da isenção judicial, aposentados e pensionistas contam com benefícios previstos em lei, como transporte público gratuito em linhas urbanas e metropolitanas, descontos em passagens

interestaduais para pessoas com renda de até dois salários mínimos e prioridade em filas e atendimentos em bancos, repartições públicas e hospitais.

Também é possível sacar integralmente o FGTS após a aposentadoria. Em alguns municípios, aposentados e pensionistas podem solicitar isenção de IPTU, conforme critérios de renda definidos pelas prefeituras, além de garantir meia-entrada em eventos culturais, esportivos e de lazer.

Outro benefício importante é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado a idosos em situação de vulnerabilidade social, com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo, mesmo sem contribuição ao INSS.

Os idosos também têm prioridade quanto ao pagamento de Requisições de Pequeno Valor(RPVs), usadas para quitar decisões judiciais contra o INSS de até 60 salários mínimos, valor que em 2026 pode chegar a cerca de R\$ 97,2 mil.

Como solicitar?

A solicitação de benefícios previdenciários pode ser feita pelo aplicativo ou, ainda, pelo site Meu INSS. Já as gratuidades, como transporte e eventuais isenções municipais dependem de solicitação junto às prefeituras ou órgãos responsáveis em cada cidade.